

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

E-ED-RR 521.504/1998.5 – SBDI-1 – Publicado no DJe em 28.11.2008

EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. PRETENSÃO DE RESTABELECIMENTO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PERCEBIDA POR MAIS DE DEZ ANOS. DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO. ARTIGO 8º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. A presente controvérsia diz respeito à legitimidade ou não do sindicato autor para postular, na qualidade de substituto processual, a manutenção do pagamento de gratificação de função paga por mais de dez anos. Em primeiro lugar, deve-se salientar que esta e. Subseção vem reiteradamente decidindo que a substituição processual de que trata o artigo 8º, III, da Constituição Federal de 1988 diz respeito a direitos ou interesses individuais homogêneos. Nesse contexto, tendo em vista que o objeto da presente ação (restabelecimento do pagamento de gratificação de função percebida por mais de dez anos) diz respeito a direito individual homogêneo da categoria, inviável cogitar-se de violação dos artigos 896 da CLT, 8º, III, da Constituição Federal de 1988, 267, VI, do CPC ou 81, III, do Código de Defesa do Consumidor. Acrescente-se que o mero fato de o direito postulado na presente ação importar, se acaso procedente, valores díspares para os indivíduos integrantes da categoria não é suficiente, por si só, para alterar sua natureza jurídica, pois a homogeneidade do direito prevista pela jurisprudência diz respeito apenas à titularidade em potencial da pretensão, e não à sua expressão monetária.

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO DEFERIDOS AO SINDICATO PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SILÊNCIO ACERCA DA EXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DOS EMPREGADOS SUBSTITUÍDOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 14 DA LEI Nº 5.584/70. CARACTERIZAÇÃO. Em primeiro lugar, faz-se mister salientar que a jurisprudência desta e. Subseção pacificou-se no sentido de que os honorários podem ser objeto da condenação quando o sindicato foi substituto processual, desde que haja declaração nos autos de que os empregados substituídos não podem demandar sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Não há, porém, registro no v. acórdão ora embargado, ou mesmo no r. decisorio do e. TRT da 17ª Região, de que os empregados substituídos processualmente tenham declarado sua impossibilidade de demandar sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Nesse contexto, e considerando-se que esta e. Subseção já decidiu que a -mera adoção, pela e. Turma, dos artigos 20, § 3º, e 22 da Lei nº 8.906/94 e 133 da Constituição Federal de 1988 como razão de decidir é suficiente para caracterização da contrariedade à Súmula nº 219 do TST, não havendo que se cogitar de reexame de fatos e provas ou de desrespeito à exigência de prequestionamento- (TST-E-ED-RR-695.395/2000.8, de minha relatoria, DJU de 17.8.2007), então o fato de o v. acórdão da e. Turma haver limitado-se a examinar a questão relativa aos honorários sem nada registrar acerca da declaração de hipossuficiência dos substituídos processualmente é o

quanto basta para concluir-se pela violação do artigo 14 da Lei nº 5.584/70 decorrente do deferimento daqueles honorários. Recurso de embargos parcialmente conhecido e provido.

RR 1.738/1998-092-15-40 – 8ª Turma – DJU de 18.04.2008

RECURSO DE REVISTA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANOTAÇÃO DA REAL JORNADA DE TRABALHO. ÓBICE CRIADO PELO EMPREGADOR. A Constituição Federal, ao tratar dos direitos individuais e coletivos (Título II, Capítulo I), considerou os interesses coletivos em sentido amplo, como o fez no tocante aos direitos sociais. Por sua vez, a Lei Complementar nº 75, de 25/05/1993, embora não seja ordenatória da ação civil pública no processo trabalhista, estabelece condições e atribuições ao Ministério Público do Trabalho para sua promoção. Como consequência, as disposições por ela traçadas hão de ser interpretadas à luz daquele mandamento maior e de outras normas legalmente previstas no ordenamento jurídico como é o caso do Código de Defesa do Consumidor, o que implica na constatação de que, entre suas atribuições constitucionais de natureza institucional, insere-se a defesa dos interesses sociais. Emerge daí a legitimação do órgão ministerial para a defesa de direitos individuais homogêneos de acordo com o regramento previsto na aludida Lei Complementar. Na hipótese, mesmo admitindo-se, hipoteticamente, como individuais os interesses em debate, é indiscutível, por outro lado, sua homogeneidade, porquanto têm origem comum, motivo pelo qual resta patenteada a legitimidade do *parquet*, a teor do art. 6º, XII, da Lei Complementar nº 75/93, notadamente se considerarmos que os direitos tutelados constituem direitos sociais constitucionalmente garantidos. Recurso de revista conhecido e provido.

RR 433/2002-027-03-00 – 1ª Turma – DEJT 06/11/2009

“(…)

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. LIMITE LEGAL DA JORNADA DE TRABALHO E INTERVALO PARA DESCANSO.

1. A Constituição da República de 1988, em seus arts. 127 e 129, confere legitimação ativa ao Ministério Público do Trabalho para, mediante ação civil pública ajuizada na Justiça do Trabalho, promover a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (subespécie de interesse coletivo).
2. De acordo com a jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal, Certos direitos individuais homogêneos podem ser classificados como interesses ou direitos coletivos, ou identificar-se com interesses sociais e individuais indisponíveis. Nesses casos, a ação civil pública presta-se a defesa dos mesmos, legitimado o Ministério Público para a causa. Constituição Federal, art. 127, *caput*, e art. 129, III. (RE-195056/PR PARANÁ, DJ de 14/11/2003)

3. O interesse de agir do Ministério Público do Trabalho, ao ajuizar ação civil pública trabalhista, radica no binômio necessidade-utilidade da tutela solicitada no processo, com a finalidade de que a ordem jurídica e social dita violada pelo réu seja restabelecida, hipótese de observância da jornada de trabalho e seus limites legais é medida de proteção à higidez física e mental dos trabalhadores envolvidos no conflito.

4. A circunstância de a demanda coletiva envolver discussão acerca de direitos que variem conforme situações específicas, individualmente consideradas, como entendeu o Tribunal Regional, não é suficiente, por si só, para impor limites à atuação do Ministério Público do Trabalho na defesa de interesses sociais, sob pena de negar-se vigência ao art. 129, III, da Constituição Federal, que credencia o Parquet a propor ação civil pública relacionada à defesa do interesse coletivo amplo, consubstanciado, na espécie, em exigir a observância das normas trabalhistas, de ordem pública e imperativa, disciplinadoras da jornada de trabalho e da concessão de intervalos intrajornada e interjornada aos empregados da ré e constituindo a origem comum do direito reivindicado na ACP. (...)."

TRIBUNAIS REGIONAIS:

TRT DA 3ª REGIÃO (MINAS GERAIS)

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FINALIDADE. O fim maior da ação civil pública na Justiça do Trabalho é exatamente a tutela do ordenamento jurídico vigente, agindo o Ministério Público em defesa dos interesses coletivos relacionados ao desrespeito dos direitos trabalhistas garantidos pela Constituição da República. Assim é que, se as medidas extrajudiciais tomadas não foram capazes de fazer cessar as inúmeras infrações constatadas, **competete a esta Justiça determinar que o réu cumpra as obrigações de fazer e não fazer que resultam, em última análise, no cumprimento da ordem jurídica pátria**.”. (TRT 3ª Região – 3ª T. – RO 7141/98 – j. 01.12.1999 – Rel. Juíza Maria Cecília Alves Pinto – DJ/MG, 07.09.2000).

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA. INTERESSE DE AGIR. TUTELA INIBITÓRIA. A natureza cogente da lei, por si só, não elide a necessidade-utilidade de provimento mandamental almejado na ação civil pública, o qual, mediante a cominação de penalidades (arts. 461 do CPC, 84 do CDC e 3º da LACP), viabiliza a atuação concreta da norma supostamente preterida de forma reiterada pelo empregador. Trata-se da tutela inibitória, decorrente do inciso XXXV do art. 5º da CR, que põe a salvo, sob o alcance do direito de ação, não só a lesão como também a mera ameaça a direito, prevenindo a proliferação de ações individuais voltadas à reparação de eventuais danos decorrentes do ilícito que poderia ter sido cessado pela tutela jurisdicional pretendida coletivamente.

(...)

2. Carência da ação. Interesse de agir

Ressaltam os recorrentes que a necessidade-utilidade do provimento jurisdicional almejado está na resistência da ré em cumprir a obrigação legal de promover o registro dos horários de trabalho de seus empregados, acrescentando que:

... o simples fato da lei dispor sobre determinado direito ou obrigação não conduz à conclusão simplista de que sua observância será absoluta, sem tergiversação de seu conteúdo, sem interpretação oblíqua ou sem cumprimento tão-somente. Se assim fosse, dispensável seria o próprio Poder Judiciário (...). Não se requer mera declaração da Justiça do Trabalho de que a CLT e demais normas trabalhistas devam ser cumpridas. Requer-se a imposição ao réu, ora recorrido, no sentido de que cumpra obrigações de fazer e não fazer listadas na peça inicial, sob expressa pena de cominação pecuniária. **O sentido de utilidade do pleito está exatamente no histórico de infração empresarial a estes direitos coletivos que desafia uma providência jurisdicional coibidora ad futurum, com nítida feição inibitória e preventiva.** [sic, fls. 1.408/1.409]

De fato, a tese adotada nos arestos transcritos na sentença, no sentido de que a natureza cogente da lei dispensa e impede nova declaração judicial, está **superada** pela **maturação da jurisprudência** acerca da tutela inibitória dos direitos individuais e/ou coletivos, à luz do **inciso XXXV do art. 5º da CR, que põe a salvo, sob o alcance do direito de ação, não só a lesão como também a mera ameaça a direitos, de modo que o renitente descumprimento de norma jurídica e a probabilidade de perpetuação do ilícito configuram o interesse de agir de quem intenta cessá-lo**. Nesse passo, **é deveras salutar a propositura da ação civil pública, que culminando com a prolação de uma sentença mandamental, aquela que ordena sob pena de multa (vide arts. 461 do CPC, 84 do CDC e 3º da LACP), impede a manutenção ou a repetição futura do ilícito, prevenindo a proliferação de ações individuais voltadas à reparação de eventuais danos dele decorrentes. O que se busca, portanto, como ressaltado pelos recorrentes, não é a simples alusão ao teor da regra tida por violada, mas o reforço de sua imperatividade mediante a imposição de penalidades que fomentem seu efetivo cumprimento, viabilizando a atuação concreta da norma, o que evidencia a utilidade e a necessidade da tutela jurisdicional pretendida.**

(...)” (5ª Turma – Processo n.º 01130-2007-069-03-00-9 (RO) – Rel. Juiz Jose Murilo de Moraes – Publicado em 11/05/2009).

TRT DA 9ª REGIÃO (PARANÁ)

TRT-PR 98901-2006-019-09-00-2 – 1ª TURMA

Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 12-06-2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE PROCESSUAL. TUTELA INIBITÓRIA.

A efetividade da tutela jurisdicional comandada pela Constituição Federal (art. 5º, XXXV), mormente quando em apreço direitos transindividuais de magnitude social, impõe a projeção de obrigações de fazer e não-fazer (tutela inibitória) para o futuro, sem que se cogite de sentença condicional ou abstrata. A futuridade ínsita à tutela inibitória não equivale à falta de interesse processual, na medida em que prescinde do efetivo dano, bastando a probabilidade da conduta contrária ao direito. No caso, evidencia-se interesse processual do Ministério Público do Trabalho na tutela inibitória contra a utilização temerária do instituto de comissões de conciliação prévia pelos Réus, de forma contrária aos ditames legais e em prejuízo aos direitos dos trabalhadores e ao erário público (FGTS e seguro desemprego). Tratando-se de obrigações dirigidas em face dos Réus e com projeção para o futuro, o fato destes terem denunciados os acordos e convenções coletivas que instituíam as comissões de conciliação prévia existentes à época do ajuizamento da demanda não descaracteriza o interesse processual, visto que persistem tais obrigações mesmo em face de novas comissões a serem instituídas pelos entes coletivos demandados. Recurso Ordinário do Autor a que se dá provimento.

TRT-PR 98901-2006-019-09-00-2 – 1ª TURMA

Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 12-06-2007

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE PROCESSUAL. TUTELA INIBITÓRIA.

A efetividade da tutela jurisdicional comandada pela Constituição Federal (art. 5º, XXXV), mormente quando em apreço direitos transindividuais de magnitude social, impõe a projeção de obrigações de fazer e não-fazer (tutela inibitória) para o futuro, sem que se cogite de sentença condicional ou abstrata. A futuridade ínsita à tutela inibitória não equivale à falta de interesse processual, na medida em que prescinde do efetivo dano, bastando a probabilidade da conduta contrária ao direito. No caso, evidencia-se interesse processual do Ministério Público do Trabalho na tutela inibitória contra a utilização temerária do instituto de comissões de conciliação prévia pelos Réus, de forma contrária aos ditames legais e em prejuízo aos direitos dos trabalhadores e ao erário público (FGTS e seguro desemprego). Tratando-se de obrigações dirigidas em face dos Réus e com projeção para o futuro, o fato destes terem denunciados os acordos e convenções coletivas que instituíam as comissões de conciliação prévia existentes à época do ajuizamento da demanda não descaracteriza o interesse processual, visto que persistem tais obrigações mesmo em face de novas comissões a serem instituídas pelos entes coletivos demandados. Recurso Ordinário do Autor a que se dá provimento.

TRT-PR 98922-2005-007-09-00-7 – 2ª TURMA

Relator: PAULO RICARDO POZZOLO

Publicado no DJPR em 25-09-2007

TUTELA INIBITÓRIA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. A tutela inibitória é aquela que visa à prevenção da prática, da repetição ou da continuação de uma conduta antijurídica, ilícita ou danosa, positiva ou negativa, contratual ou extracontratual. No presente caso, a tutela inibitória positiva visa evitar a omissão futura de o Reclamado descumprir a lei 10.097/2000, ou seja, o Ministério Público do Trabalho, no exercício de ação civil pública, cumprindo o seu sacerdócio constitucional, postulou que o Reclamado - que deve atender também a sua função social -, cumpra a legislação do trabalho com nítido caráter social, contratando menores aprendizes para que aprendam um ofício e se integrem ao mercado de trabalho.

TRT-PR 98918-2006-014-09-00-8 – 1ª TURMA

Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES

Publicado no DJPR em 29-08-2008

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. PARTIDOS POLÍTICOS. PROIBIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL.

No caso em exame se trata de atender a provimento jurisdicional específico, alcunhado pela doutrina de tutela inibitória, com vistas a inibir futura prática de ilícito. É próprio desta tutela a coerção através de provimento jurisdicional para que os demandados cumpram os ditames legais, evitando ou cessando a lesão a direitos. **A consagração da chamada tutela inibitória, como corolário da efetividade da prestação jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal), põe em relevo o ato contrário ao direito, sem se limitar à existência ou probabilidade de dano.** "In casu", é certo que o Recorrente refuta categoricamente a utilização de trabalho infantil em suas campanhas políticas, contudo, deve ser observado que a presente ação não foi promovida exclusivamente em face do Partido Democrático Trabalhista, e sim contra todos os partidos políticos que, de uma forma ou de outra, deixaram de se compor com o Órgão Ministerial, não existindo, quando do ajuizamento da ação, acusação formal ou informal de que o Recorrente estaria se utilizando de práticas ilegais. Na verdade, a iniciativa do Ministério Público do Trabalho move-se ante a conformidade legal que proíbe qualquer modalidade de trabalho na condenável utilização de crianças e adolescentes para os mais diversos labores. **Não obstante a negativa de todos os partidos políticos, a exploração do trabalho infantil nas campanhas políticas é fato notório, bastando observar nos principais cruzamentos viários de nossas cidades as fisionomias pueris dos jovens que lá se postam exibindo faixas, cartazes e folhetos. Assim, a condenação em obrigação de fazer e de não fazer, nos moldes pleiteados na inicial, afigura-se acertada, sendo uma forma de se buscar dar efetividade à proteção prevista para**

as crianças e adolescentes no ordenamento jurídico. Recurso do Réu a que se nega provimento, neste particular.

TRT-PR 00199-2009-657-09-00-3 – 4ª TURMA

Relatora: SUELI GIL EL-RAFIHI

Publicado no DEJT em 28-09-2010

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZ. TUTELA INIBITÓRIA. A tutela jurisdicional postulada pelo MPT não se volta à mera contratação casuística de trabalhador aprendiz pela Ré, mas sim à continuada observância da cota legal do art. 429 da CLT. O ordenamento jurídico defendido pelo MPT deve ser respeitado continuamente, e não apenas quando a empresa Ré é citada em uma ação coletiva. A tutela pleiteada é inibitória (art. 84, CDC, e art. 461, CPC), ou seja, direciona-se à observância ininterrupta das normas trabalhistas pela empresa, através da imposição judicial de obrigação de fazer (manutenção de contratos de aprendizagem dentro da cota legal). Se o Poder Judiciário não outorgar um provimento direcionado ao futuro, nada impedirá a reiteração da conduta ilícita do empregador. Recurso a que se dá provimento.

TRT DA 10ª REGIÃO (DISTRITO FEDERAL)

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM QUE O D. ‘PARQUET’ AFIRMA O ALEGADO DESCUMPRIMENTO PELO EMPREGADOR DAS NORMAS LEGAIS CONCERNENTES À PRORROGAÇÃO DE JORNADA, AO INTERVALO ENTRE JORNADAS E AOS REPOUSOS SEMANAIS. PRETENSÃO DE APENAS COMPELIR O EMPREGADOR AO CUMPRIMENTO DESTAS NORMAS, FIXANDO-SE MULTA PARA TANTO. Resta evidente desta descrição que o D. Parquet não pretende que o órgão jurisdicional emita comando geral normativo, mas que ordene cumprimento concreto das normas legais já existentes e que (alegadamente) não restariam sendo observadas pelo réu (arts. 59, ‘caput’, 66 e 67, todos da CLT). O fato de esta pretensão ser deduzida sob o enfoque da violação coletiva de direitos não a torna equiparável à edição de provimentos normativos, até porque, como visto, elas são diretamente calcadas na alegada inobservância de normas de lei já especificamente existentes. Por este mesmo motivo, não há que se falar em impossibilidade jurídica da pretensão do órgão ministerial. O fato de haver sido também requerida a fixação de multa para a hipótese de vidoiro descumprimento da decisão judicial não é medida que refoge ao âmbito de atuação do órgão jurisdicional. Tanto assim que há, no Estatuto Processual Civil, a previsão expressa da possibilidade de que o julgador, ao ordenar o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer, estabeleça multa para coibir o eventual descumprimento da ordem contida no provimento judicial (CPC, art. 461, § 5º). Recurso ordinário do D. *Parquet* conhecido e provido em parte. Recurso ordinário adesivo do

reclamado não conhecido.” (3ª Turma – Processo n.º 00239-2005-011-10-00-1 (RO) – Rel. Juiz. Paulo Henrique Blair – Publicado em 27/01/2006).

TRT DA 13ª REGIÃO (PARAÍBA)

NU.: 00472.2004.006.13.00-1(RECURSO ORDINÁRIO) PROCEDÊNCIA: 6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA/PB RELATOR(A): JUIZ CARLOS COELHO DE MIRANDA COELHO JUIZ REVISOR DESIGNADO PARA REDIGIR O ACÓRDÃO: VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO RECORRENTE: **BANCO BRADESCO S/A** RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ADVOGADO: VIVYANNE PATRÍCIO

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **O fato de a conduta hipotética descrita na norma ser passível de sanção administrativa através do órgão encarregado de fiscalização do trabalho não exclui do Judiciário Trabalhista a apreciação da matéria, sobretudo porque, na espécie, a pretensão do autor diz respeito à garantia da ordem jurídica trabalhista e à defesa dos direitos difusos e coletivos dos empregados do réu.** DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Exmo. Sr. Dr. Rildo Albuquerque Mousinho de Brito, por maioria, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho, vencido o Juiz Relator e contra o voto da Juíza Ana Maria Madruga que a acolhiam; por unanimidade, rejeitar a preliminar de falta de prestação jurisdicional e da nulidade de sentença, por ausência de fundamentação, argüida pelo recorrente; por unanimidade, rejeitar a preliminar de inadmissibilidade da Ação Civil Pública; por unanimidade, rejeitar a preliminar de ilegitimidade de parte e da inexistência de interesse específico do Ministério Público do Trabalho para a propositura da ação; por unanimidade, rejeitar a preliminar de ausência de interesse processual; por unanimidade, rejeitar a preliminar de inépcia da inicial por impossibilidade jurídica do pedido; MÉRITO: por maioria, negar provimento ao recurso, com a divergência parcial dos Juízes Ana Maria Madruga e Paula Maia que, ao invés de R\$ 250.000,00 fixavam a multa em R\$ 200.000,00, por infração. João Pessoa, 14 de setembro de 2005. **(DJ/PB de 24.11.2005)**

PROC. NU.: 00146.2005.002.13.00-0 (RECURSO ORDINÁRIO) PROCEDÊNCIA: 2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA/PB RELATOR(A): JUIZ CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE RECORRENTE: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO RECORRIDA: SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA** – SAELPA ADVOGADOS: LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO E M E N T A: **"FATO INDICIÁRIO". COMPROVAÇÃO. TUTELA INIBITÓRIA. POSSIBILIDADE.** Comprovada a ocorrência situação anterior, representada pela condenação do réu em decorrência prática de atos contrários ao direito, mormente a adoção de práticas discriminatórias, capazes de inspirar o temor de que voltem elas a ter vez no porvir, constatado está o "fato indiciário" autorizador da obtenção do provimento judicial de jaez inibitório. Recurso Ordinário parcialmente provimento. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Terceira Região, com a presença do

Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Exm^o. Sr. Dr. Márcio Roberto de Freitas Evangelista, por unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso por intempestividade, suscitada em contra-razões; Mérito: por maioria, dar provimento parcial ao recurso para condenar a recorrida na obrigação de não fazer, na forma e com as seqüelas traçadas na fundamentação do voto em tela, como se aqui estivessem transcritas, contra os votos dos Juízes Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho e Herminegilda Leite Machado, que lhe negavam provimento. Custas invertidas, pela recorrida, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), calculadas sobre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor arbitrado à condenação. João Pessoa, 08 de novembro de 2005. **(DJ/PB de 02.02.2006)**

PROC. NU.: 06984.2005.000.13.00-4 Ação Anulatória Procedência: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª região Relator(a): JUIZ PAULO AMERICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO Autor: MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO Réu: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DO ESTADO DA PARAIBA Réu: HOSPITAL SAMARITANO LTDA EMENTA: **AÇÃO ANULATÓRIA. ACORDO COLETIVO. CLÁUSULAS INCONSTITUCIONAIS. NULIDADE.** Nulas são as cláusulas de acordo coletivo que prevêm **descontos de contribuições e taxas dos salários dos empregados**, sem a prévia autorização dos mesmos, conforme exigem os artigos 611, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho e 8º, inciso IV, da Constituição Federal, e por ferirem o direito à plena liberdade de associação e de sindicalização. Inteligência da nova redação do Precedente Normativo TST-119/98. Ação procedente em parte. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com a presença do(a) Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Exmo.(a) Sr.(a) Dr.(a) Procurador(a): CLAUDIO CORDEIRO QUEIROGA GADELHA, por maioria, com o voto de desempate do Exmo. Sr. Juiz Presidente dos trabalhos, rejeitar a preliminar de incompetência funcional deste Tribunal, vencida a Exma. Sra. Juíza Revisora que a argüiu e contra os votos dos Exmos. Srs. Juízes Ana Maria Ferreira Madruga e Carlos Coelho de Miranda Freire que a acolhiam; Mérito: por unanimidade, julgar procedente, em parte, a ação anulatória promovida pelo Ministério Público do Trabalho, para invalidar as cláusulas 26ª, 27ª, 34ª e 46ª do Acordo Coletivo de Trabalho firmado entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO PARAÍBA e o HOSPITAL SAMARITANO LTDA.; **deferir o pedido de aplicação de multa, no valor que fixo em R\$ 20.000,00, para o caso de repetição de cláusulas semelhantes em acordos futuros, com os mesmos vícios.** Custas pelos réus no valor de R\$ 400,00, sendo R\$ 200,00, para cada um, calculadas sobre R\$ 20.000,00, valor fixado para esse fim. João Pessoa, 17 de maio de 2006. **(DJ/PB de 21.07.2006)**

PROC. N.U.: 0005600-65.2010.5.13.0001

RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: OLIVEIRA MARINI SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

E M E N T A: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS COLETIVOS. CONDENAÇÃO GENÉRICA. LEGITIMIDADE DO PARQUET.

Existem certos direitos e interesses individuais homogêneos que, quando visualizados em seu conjunto, de forma coletiva e impessoal, passam a representar mais que a soma de interesses dos respectivos titulares, porém verdadeiros interesses sociais, sendo cabível sua proteção pela ação civil pública. A pretensão de tutela inibitória (condenação genérica), em tais situações, assume ares de proteção a direitos coletivos, não havendo que se cogitar em ilegitimidade do Ministério Público do Trabalho para interpor a presente ação. Preliminar que se rejeita.

SONEGAÇÃO REITERADA DE DIREITOS SOCIAIS. FATO ADMITIDO PELA RÉ. CONDENAÇÃO MANTIDA.

A sonegação reiterada de direitos dos trabalhadores, aliada à prática de utilização da Justiça do Trabalho para obtenção de acordos em valores inferiores aos efetivamente devidos, justifica a tutela inibitória buscada pelo *Parquet*. Sentença que se mantém. (Publicação: DEJT 15.09.2010)